



Create value with public funding

Portugal 2020: Aviso n.º 07/SI/2020 – Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva (Outras Regiões)

Foi publicado, no sítio do Portugal 2020, o Aviso para a Apresentação de Candidaturas (Aviso) N.º 07/SI/2020, o qual visa conceder apoios financeiros a projetos enquadrados na tipologia de investimento "Inovação Produtiva" que contribuam para o aumento do investimento empresarial das grandes empresas em atividades inovadoras (produto ou processo), bem como, o reforço da capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços, através do investimento empresarial em atividades inovadoras e qualificadas que contribuam para a sua progressão na cadeia de valor.

Tipologia de projetos e modalidade de candidatura

São suscetíveis de apoio os projetos individuais em atividades inovadoras, que se proponham desenvolver um investimento inicial relacionado com as seguintes tipologias:

- A criação de um novo estabelecimento;

Aviso n.º 07/SI/2020
– Sistema de
Incentivos à
Inovação Produtiva
(Outras Regiões)

- O aumento da capacidade de um estabelecimento já existente, devendo esse aumento corresponder no mínimo a 20% da capacidade instalada em relação ao ano pré-projeto;
- A diversificação da produção de um estabelecimento para produtos não produzidos anteriormente, sendo que os custos elegíveis devem exceder em, pelo menos, 200% o valor contabilístico dos ativos que são reutilizados;
- A alteração fundamental do processo global de produção de um estabelecimento existente, sendo que os custos elegíveis devem exceder a amortização e a depreciação dos ativos associados ao processo a modernizar no decurso dos três exercícios fiscais precedentes.

Natureza dos beneficiários e área geográfica de aplicação

São suscetíveis de apoio as empresas PME e grandes empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que se proponham desenvolver projetos de investimento que satisfaçam os objetivos e prioridades suprarreferidos e cumpram com os critérios definidos de acesso, elegibilidade e seleção.

O Aviso tem aplicação na região NUTS II do Continente: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, fora dos territórios de baixa densidade definidos pela CIC Portugal 2020.

A localização do projeto corresponde à localização do estabelecimento do beneficiário no qual irá ser realizado o investimento, sendo que os projetos com mais de um estabelecimento podem incluir também os investimentos localizados em territórios de baixa densidade.

Para os projetos com investimentos localizados nas regiões de Lisboa e do Algarve, a empresa deverá apresentar uma candidatura autónoma para os investimentos localizados em cada uma dessas regiões.

Âmbito setorial

São elegíveis os projetos inseridos em todas as atividades económicas, com especial incidência para aquelas que visam a produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis ou que contribuam para a cadeia de valor dos mesmos e não digam respeito a serviços de interesse económico geral.

Estão, no entanto, excluídos, entre outros, os projetos que se integrem nas seguintes atividades (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas – CAE):

- Financeiras e de seguros (divisões 64 a 66);
- Defesa (subclasses 25402, 30400 e 84220);
- Lotarias e outros jogos de aposta (divisão 92).

Condições de acesso específicas

Para além do definido no Regulamento Específico, os projetos a apoiar têm que cumprir, entre outras, as seguintes condições:

- Contribuir para os objetivos e prioridades do Aviso;
- Corresponder a uma despesa elegível total por projeto entre Euro 75 mil e Euro 25 milhões;
- Comprovar o estatuto de PME, caso aplicável, através da obtenção ou atualização da correspondente Certificação Eletrónica;
- Ser sustentado por uma análise estratégica;
- Demonstrar a viabilidade económico-financeira, designadamente através da análise de risco da empresa e do projeto;
- Assegurar as fontes de financiamento do projeto, designadamente demonstrar ter o financiamento bancário aprovado por uma instituição de crédito com protocolo celebrado com o Portugal 2020, caso aplicável.

No entanto, desde que demonstrem dispor de fontes alternativas para o financiamento do projeto, incluindo o recurso a capitais próprios, consideram-se excecionadas as seguintes situações:

- Empresas que prescindam do empréstimo bancário apoiado neste âmbito;
 - Empresas que não possam beneficiar, no todo ou em parte, do empréstimo bancário neste âmbito por questões decorrentes das regras de auxílios de Estado;
 - Projetos de grandes empresas e de PME com um investimento igual ou superior a Euro 15 milhões.
- Realização de um mínimo de 25%, até à data do primeiro pagamento, dos capitais próprios previstos no plano de financiamento do projeto (capital social, incorporação de suprimentos e prestações suplementares de capital);
 - No caso de candidaturas ao POR Lisboa do setor do turismo que visem o apoio a empreendimentos turísticos, apenas serão consideradas admissíveis as de hotéis com características de elevada qualidade, notoriedade e nível de diferenciação que demonstrem um efeito estruturante na oferta;
 - No caso de uma grande empresa, acrescem ainda os seguintes requisitos:
 - Contribuir para a internacionalização e orientação transacionável da economia portuguesa;
 - Apresentar um impacto relevante em termos de criação de emprego qualificado;
 - Apresentar um impacto relevante no efeito de arrastamento sobre a atividade económica, em particular sobre as PME;
 - Enquadrar-se nos domínios prioritários da estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3);
 - Apresentar um grau de novidade e difusão ao nível dos mercados nacional ou internacional (não é considerada a inovação apenas ao nível da empresa);
 - Garantir que do investimento apoiado não resulta uma perda substancial de postos de trabalho em outra região da União Europeia;
 - Demonstrar o efeito de incentivo, sendo observadas, em particular, as seguintes condições:
 - O projeto não pode estar iniciado à data da candidatura;
 - Demonstrar que o incentivo é determinante para a realização do investimento na região, sem o qual o projeto não seria suficientemente rentável para o beneficiário, resultando, assim, no encerramento de um estabelecimento existente nessa região ou na sua não realização.
 - Cumprir o indicador Impacto do Investimento (II):

$$\text{II} = \frac{\text{Despesa Elegível}^{(1)}}{\text{Ativo Fixo Líquido (pré-projeto)}^{(2)}} \geq 10\%$$

⁽¹⁾ Despesas previstas no Regulamento Específico, apurada após análise da candidatura;

⁽²⁾ Ativo fixo Tangível e Ativo Fixo Intangível.

- Ter data de candidatura, ou de pedido de auxílio, anterior à data de início dos trabalhos, considerando, para o efeito, como início dos trabalhos quer o início dos trabalhos de construção relacionados com o investimento, quer o primeiro compromisso firme de encomenda de equipamentos ou qualquer outro compromisso que torne o investimento irreversível, consoante o que acontecer primeiro, não sendo admitidos quaisquer adiantamentos para sinalização.

No presente Aviso, o ano de 2018 é utilizado como referência de pré-projeto, devendo, para esse efeito, serem apresentados os montantes constantes das respetivas IES.

Regras e limites à elegibilidade de despesas

No âmbito do presente Aviso aplicam-se, em geral, as regras e limites de elegibilidade definidos no Regulamento Específico.

Não são, no entanto, elegíveis despesas relativas a formação profissional ou com a aquisição de serviços de execução de cadastro predial do prédio ou prédios em que incide a operação ou o projeto, incluindo aluguer de equipamento. Adicionalmente, no caso das grandes empresas, não são elegíveis as despesas relacionadas com outras despesas de investimento, nomeadamente, a realização de estudos e projetos de arquitetura e de engenharia.

O presente Aviso não contempla ainda a elegibilidade de quaisquer despesas realizadas em data anterior à data da candidatura, ou do pedido de auxílio, incluindo os estudos de viabilidade.

Para os projetos apresentados por não PME, as despesas relacionadas com as tipologias de Inovação de Marketing e Inovação Organizacional não são consideradas elegíveis, contribuindo, no entanto, de forma positiva para efeitos de seleção dos projetos.

De referir que os projetos dos setores do turismo e da indústria, podem incluir como despesas elegíveis, a construção de edifícios, obras de remodelação e outras construções, em casos devidamente justificados no âmbito da atividade inovadora do projeto, desde que adquiridos a terceiros não relacionados com o adquirente, com as seguintes restrições e limitações:

(i) Para projetos localizados nas **NUTS II Norte, Centro e Alentejo**:

- 60% das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do setor do turismo;
- 35% das despesas elegíveis totais do projeto no caso dos projetos do setor da indústria.

(ii) Para os projetos localizados na **NUTS II Algarve**:

- 20% das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do setor do turismo;
- 50% das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do setor do turismo que contribuam para atenuar a sazonalidade ou que contribuam para o desenvolvimento dos produtos identificados no Plano de Marketing Estratégico do Algarve como complementares (Gastronomia e vinhos, *Touring*, Turismo de saúde) ou em desenvolvimento (Turismo de negócios, Turismo de natureza, Turismo náutico);
- 50% das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do setor da indústria;
- 70% das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do setor da indústria que se enquadrem no âmbito da RIS 3 Regional e que contribuam para o desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas nos resultados de I&D e na integração e convergência de novas tecnologias e conhecimentos.

(iii) Para os projetos localizados na **NUTS II Lisboa**:

- 40% das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do setor do turismo que contribuam para atenuar a sazonalidade;
- 30% das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do setor do turismo natureza, náutico e desporto;
- 45% das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do setor do turismo exclusivamente dedicado à saúde;
- 20% das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do setor da indústria que se enquadrem no âmbito da RIS3 Regional;
- 30% das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do setor da indústria que se enquadrem no âmbito da RIS3 Regional e que contribuam para o desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas nos resultados de I&D e na integração e convergência de novas tecnologias e conhecimentos.

Crítérios de seleção das candidaturas

A metodologia de cálculo para seleção dos projetos é baseada no indicador de Mérito do Projeto (MP), determinado pela seguinte fórmula:

$$MP = 0,30 A + 0,20 B + 0,20 C + 0,30 D$$

A = Qualidade do projeto;

B = Impacto do projeto na competitividade da empresa;

C = Contributo do projeto para a economia;

D = Contributo do projeto para a convergência regional.

Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do Aviso, cada beneficiário apenas pode apresentar uma candidatura.

Taxas de financiamento, natureza e limites dos apoios

A taxa de financiamento dos projetos é obtida a partir da soma das seguintes parcelas (taxa base mais majorações, até ao limite máximo de 75%):

- Taxa Base:
 - i 15 p.p. para investimentos elegíveis iguais ou superiores a Euro 15 milhões ou promovidos por empresas Não PME;
 - ii 35 p.p. para médias empresas e 45 p.p. para micro e pequenas empresas.
- Majorações:
 - i “Baixa Densidade”: 10 p.p. a atribuir a projetos localizados em territórios de baixa densidade, nos termos definidos na deliberação da CIC Portugal 2020 ([Territórios de Baixa Densidade](#));
 - ii “Prioridades de políticas setoriais”: 10 p.p. a atribuir a PME com investimentos elegíveis inferiores a Euro 15 milhões, que desenvolvam o projeto nas áreas da Indústria 4.0, bem como investimentos de inovação tecnológica, designadamente em automação, de empresas com maior intensidade do fator trabalho ([Referenciais Políticas Setoriais](#));
 - iii “Criação de emprego qualificado em novas unidades produtivas”: 5 p.p. a atribuir a projetos de criação de novas unidades geradoras de criação de postos de trabalho qualificados;
 - iv “Capitalização PME”: 5 p.p. a atribuir a projetos de PME que, prescindindo do empréstimo bancário, apresentem uma cobertura do investimento do projeto por capitais próprios superior a 25%.

Os incentivos a conceder pelo PO Regional de Lisboa e do Algarve são limitados a uma taxa máxima de 40% e 60%, respetivamente.

O apoio total obtido pela aplicação da taxa de financiamento sobre as despesas elegíveis será distribuído em duas componentes autónomas:

- 50% do valor total através de incentivo não reembolsável;
- 50% do valor total através de incentivo reembolsável sem juros, associado a um instrumento financeiro financiado pelo Portugal 2020 (Linha Capitalizar Mais).

No caso de projetos de Não PME ou de projetos com investimento elegível igual ou superior a 15 milhões de euros, a totalidade do apoio será atribuído através de um incentivo não reembolsável.

A componente do incentivo não reembolsável é atribuída a título não definitivo até à avaliação dos resultados do projeto, em função do grau de cumprimento das metas contratualmente fixadas, relativamente aos seguintes indicadores: (i) Indicador I1 - Valor Acrescentado Bruto; (ii) Indicador I2 - Criação de Emprego Qualificado; e (iii) Indicador I3 - Volume de Negócios.

Modalidades e procedimento para a apresentação de candidaturas

A apresentação de candidaturas é feita através de formulário eletrónico no Balcão Portugal 2020.

O prazo para a apresentação de candidaturas decorre até ao dia 20 de abril de 2020 (19 horas). Os beneficiários que efetuaram registo do pedido de auxílio através do AAC n.º 16/SI/2018 podem submeter candidatura utilizando os dados do projeto registado até ao dia 16/03/2020.

É suspensa a receção de pedidos de auxílios ao abrigo do AAC n.º 16/SI/2018 para os territórios abrangidos pelo presente Aviso.

Para os projetos a financiar pelos Programas Operacionais Regionais de Lisboa, do Alentejo e do Algarve apenas podem ser utilizados os registos de pedido de auxílio submetidos após a data de encerramento das candidaturas ao Aviso 15/SI/2019 (16/09/2019) e Aviso 18/SI/2019 (13/12/2019) e para os restantes Programas Operacionais após a data de encerramento do Aviso 31/SI/2018 (15/03/2019).

Para mais detalhes consulte o [Aviso para apresentação de candidaturas nº 07/SI/2020](#).

Contactos

Para mais informações, por favor contacte:

Lisboa: +351 210 427 500

Porto: +351 225 439 200

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de audit and assurance, consulting, financial advisory, risk advisory, tax e serviços relacionados. A nossa rede de firmas membro compreende mais de 150 países e territórios e presta serviços a quatro em cada cinco entidades listadas na Fortune Global 500®. Para conhecer o impacto positivo criado pelos aproximadamente 312.000 profissionais da Deloitte aceda a www.deloitte.com.

Esta comunicação contém apenas informação de carácter geral, pelo que não constitui aconselhamento ou prestação de serviços profissionais pela Deloitte Touche Tohmatsu Limited, pelas suas firmas membro ou pelas suas entidades relacionadas (em conjunto a "Rede Deloitte"). Deve aconselhar-se com um profissional qualificado antes de tomar qualquer decisão que possa afetar as suas finanças ou negócio. Nenhuma entidade da Rede Deloitte pode ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas sofridos por quem haja baseado a sua decisão nesta comunicação.

© 2020 Para informações, contacte Deloitte Consultores, S.A.